

Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

PROVA OBJETIVA**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS COMUNS ÀS ESPECIALIDADES DO CARGO EDAS****QUESTÃO 1**

A Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), com as alterações introduzidas pela Lei nº 12.435/2011, define a gestão das ações na área de assistência social sob a forma de um sistema descentralizado e participativo. No que concerne aos objetivos fundamentais da gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assinale a opção correta.

- (A) A gestão do SUAS visa à consolidação da gestão compartilhada, do cofinanciamento e da cooperação técnica entre os entes federativos que operam a proteção social não contributiva.
- (B) A organização do sistema fundamenta-se na centralização das decisões administrativas na esfera federal, visando à padronização rigorosa dos benefícios socioassistenciais em todos os municípios.
- (C) O objetivo central da gestão é a separação rígida entre a rede pública e a rede privada, de modo a garantir que as entidades beneficentes atuem sem qualquer vínculo com as diretrizes do Poder Público.
- (D) A gestão integrada de serviços e benefícios é facultativa para os municípios de pequeno porte, devendo o foco administrativo restringir-se à transferência de renda.
- (E) O comando das ações do SUAS é exercido de forma colegiada por consórcios interestaduais, dispensando a diretriz do comando único em cada esfera de governo.

QUESTÃO 2

A eficácia da Política Nacional de Assistência Social (PNAS/2004) depende de um modelo de gestão que rompa com a fragmentação setorial e considere as dinâmicas locais. Analisando os conceitos de territorialização e de intersetorialidade como bases organizacionais para o planejamento e a execução do SUAS, assinale a opção correta.

- (A) O novo paradigma da gestão pública articula a descentralização e a intersetorialidade, buscando resolver problemas concretos que incidam sobre uma população em determinado território para alcançar resultados integrados.
- (B) A territorialização no SUAS serve estritamente como uma ferramenta de divisão cartográfica administrativa, abstendo-se de considerar as desigualdades socioterritoriais ou a diversidade das regiões.
- (C) A gestão intersetorial pressupõe que a assistência social deve assumir a responsabilidade total pela provisão de saúde e de educação nos territórios de maior vulnerabilidade para otimizar os recursos do fundo municipal.
- (D) O planejamento das ações no SUAS fundamenta-se na oferta capilar de serviços, priorizando a localização das unidades em áreas de baixa densidade demográfica, independentemente dos índices de risco social detectados.
- (E) A intersetorialidade é compreendida como o encaminhamento do usuário para outras políticas, eximindo a equipe de referência da assistência social do monitoramento técnico do caso.

QUESTÃO 3

A estruturação da rede socioassistencial e o cofinanciamento do SUAS são regidos por normas que definem as responsabilidades dos entes federados e a aplicação dos recursos públicos. Considerando a LOAS e as diretrizes da NOB/SUAS acerca da organização sistêmica e do financiamento, assinale a opção correta.

- (A) A União detém a atribuição de fixar, de forma centralizada e obrigatória, os pisos salariais de todas as categorias profissionais das equipes de referência municipais, visando à padronização nacional da folha de pagamento.
- (B) O cofinanciamento federal, realizado por meio do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS), destina-se exclusivamente à aquisição de insumos materiais e infraestrutura física, sendo vedada a aplicação desses recursos no pagamento de pessoal.
- (C) Os recursos oriundos do cofinanciamento federal para ações continuadas podem ser utilizados para o pagamento dos profissionais que integram as equipes de referência, observados os percentuais e os critérios aprovados pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).
- (D) A execução dos serviços estruturantes de proteção social básica e especial, em municípios com baixos índices de arrecadação, é de responsabilidade técnica e administrativa direta da esfera federal.
- (E) A condição de gestão inicial faculta ao gestor municipal a dispensa de processos seletivos públicos para a composição das equipes de referência, autorizando a contratação livre de prestadores de serviços para todas as funções técnicas do CRAS.

QUESTÃO 4

A Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS), aprovada pela Resolução CNAS nº 269/2006, estabelece diretrizes para a organização das equipes e a valorização dos trabalhadores da rede socioassistencial. Com base nessas diretrizes, assinale a opção correta.

- (A) A definição da quantidade e do perfil dos profissionais que compõem as equipes de referência é competência exclusiva do ente federado que executa o serviço, sem a necessidade de articulação com as normas de referência do SUAS.
- (B) A contratação de trabalhadores para o SUAS deve privilegiar vínculos de trabalho que possibilitem a continuidade da atenção socioassistencial, buscando o fortalecimento dos vínculos entre os profissionais e os usuários.
- (C) O planejamento da gestão do trabalho deve ser desvinculado dos instrumentos de planejamento orçamentário do respectivo ente, visando garantir a autonomia das coordenações de proteção social no provimento de cargos.
- (D) A capacitação permanente dos trabalhadores da rede de assistência social constitui uma incumbência isolada dos órgãos centrais de assistência social, prescindindo da participação das instâncias de pactuação e deliberação.
- (E) A política de cargos e salários para os trabalhadores do SUAS deve ser estruturada apenas para o nível federal, cabendo aos municípios a adesão facultativa aos critérios estabelecidos centralmente.

QUESTÃO 5



Durante uma reunião de planejamento da rede socioassistencial, a equipe analisou diferentes situações apresentadas pelas unidades do território. Entre elas, identificou uma família que apresentava fragilização dos vínculos familiares, dificuldades de acesso às políticas públicas e necessidade de acompanhamento continuado para prevenir o agravamento de sua situação social. Ao discutir qual serviço seria o mais adequado para esse caso, surgiram diferentes posicionamentos.

Com base nessa situação hipotética e considerando a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), assinale a opção correta.

- (A) A situação demanda inclusão imediata em serviço de acolhimento institucional, por se tratar de vulnerabilidade social decorrente da insuficiência de renda familiar.
- (B) O caso deve ser acompanhado pelo Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua, uma vez que a prevenção de riscos sociais constitui atribuição exclusiva da Proteção Social Especial.
- (C) O acompanhamento pode ser desenvolvido pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), voltado ao fortalecimento das capacidades protetivas das famílias e à prevenção do agravamento das vulnerabilidades.
- (D) A intervenção compete ao Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), por envolver dificuldades de acesso às políticas públicas, ainda que inexistam situações de violação de direitos.
- (E) A resposta adequada consiste na inserção da família em serviço de acolhimento em república, modalidade destinada ao acompanhamento preventivo de famílias em situação de vulnerabilidade social.

QUESTÃO 6



Durante o processo de planejamento da política de assistência social no Distrito Federal, foi realizado um amplo encontro com a participação de representantes do Poder Público, de trabalhadores do SUAS, de entidades socioassistenciais, de organizações da sociedade civil e de usuários da política. Ao longo dos debates, foram avaliados os principais desafios da rede socioassistencial e construídas propostas destinadas a orientar o aperfeiçoamento das ações e das prioridades da política pública nos anos seguintes.

Com base nessa situação hipotética e considerando a organização institucional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), assinale a opção correta.

- (A) As propostas construídas nesse processo possuem caráter exclusivamente consultivo, não devendo subsidiar o planejamento da política pública nem a definição de suas prioridades.
- (B) A validação das propostas depende de pactuação prévia na Comissão Intergestores Bipartite (CIB), instância responsável por deliberar sobre as diretrizes da participação social e do controle social no SUAS.
- (C) As propostas aprovadas nesse processo produzem efeitos automáticos sobre a execução orçamentária do Fundo de Assistência Social, independentemente das decisões dos órgãos gestores.
- (D) A definição das prioridades da política de assistência social compete exclusivamente ao órgão gestor, cabendo aos espaços participativos apenas acompanhar a execução das ações já definidas pela Administração Pública.
- (E) O processo descrito corresponde à realização de uma Conferência de Assistência Social, instância de participação e controle social destinada a avaliar a política de assistência social e a formular as diretrizes que orientem seu planejamento e seu aperfeiçoamento.

QUESTÃO 7



Em um município de médio porte, a Secretaria de Assistência Social realizou um diagnóstico que revelou um alto número de famílias cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) que permaneciam invisíveis aos serviços socioassistenciais, mesmo em situações de risco social. A gestão municipal decidiu, então, implementar medidas alinhadas ao Protocolo de Gestão Integrada de Serviços, Benefícios e Transferências de Renda para qualificar o fluxo de atendimento. Considerando essa situação hipotética e as normativas vigentes, assinale a opção que apresenta a conduta correta para a gestão desse cenário.

- (A) A realização da busca ativa deve restringir-se às famílias em descumprimento de condicionalidades do programa Bolsa Família, visto que o cruzamento de dados do CadÚnico aponta prioritariamente para essa necessidade.
- (B) O atendimento das famílias deve ser iniciado obrigatoriamente pela atualização cadastral, condicionando a oferta de serviços socioassistenciais à comprovação documental de renda exigida para o recebimento de benefícios financeiros.
- (C) O Protocolo de Gestão Integrada orienta a utilização das informações do CadÚnico para identificar vulnerabilidades e riscos e planejar ações de busca ativa, articulando a atualização cadastral à oferta dos serviços socioassistenciais adequados, conforme as necessidades identificadas.
- (D) A inserção de novos beneficiários nos serviços socioassistenciais deve ser efetuada exclusivamente após a autorização do governo federal, via sistema centralizado, para evitar a duplicidade de atendimentos entre o CRAS e o CREAS.
- (E) A gestão do atendimento deve priorizar o isolamento dos fluxos de atendimento entre o CadÚnico e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), assegurando que o foco do entrevistador seja exclusivamente a coleta de dados socioeconômicos para fins de elegibilidade a programas de transferência de renda.

QUESTÃO 8



A Administração Pública celebrou parceria com uma organização da sociedade civil para executar um projeto voltado ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Após alguns meses de execução, a equipe responsável pelo acompanhamento da parceria verificou a necessidade de avaliar o desenvolvimento das atividades previstas, a qualidade das ações ofertadas e a compatibilidade entre os resultados alcançados e os objetivos pactuados. Durante reunião da equipe gestora, surgiram diferentes entendimentos sobre como deveria ocorrer esse acompanhamento.

Com base nessa situação hipotética e à luz da Lei nº 13.019/2014, assinale a opção correta.

- (A) O acompanhamento da parceria deve ocorrer apenas ao término de sua vigência, por ocasião da análise da prestação de contas, evitando interferências na autonomia da organização da sociedade civil durante a execução do objeto.
- (B) A Administração Pública deve limitar o monitoramento à conferência dos documentos financeiros apresentados pela organização da sociedade civil, sendo incompatível a verificação das atividades executadas durante a vigência da parceria.
- (C) O monitoramento da parceria compreende procedimentos destinados a acompanhar sua execução, permitindo à Administração Pública avaliar os resultados alcançados e a qualidade das ações desenvolvidas, inclusive mediante visitas técnicas quando necessárias.
- (D) Eventuais alterações nas metas inicialmente pactuadas podem ser promovidas unilateralmente pela organização da sociedade civil durante a execução da parceria, desde que não impliquem aumento do valor global dos recursos transferidos.
- (E) Constatado o regular desenvolvimento das atividades, a Administração Pública deve dispensar a análise da prestação de contas, uma vez que o monitoramento substitui os mecanismos formais de controle previstos na legislação.

QUESTÃO 9



O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente de um ente federado iniciou a elaboração de um plano de ações para enfrentar situações de violência contra crianças e adolescentes relacionadas ao uso da Internet. Durante a reunião, foram apresentadas diferentes propostas sobre o papel do Poder Público na prevenção dessas violações e na promoção de um ambiente digital mais seguro.

Com base nessa situação hipotética, à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (Lei nº 15.211/2025), assinale a opção que apresenta a proposta correta, a respeito da proteção integral no ambiente digital.

- (A) estruturar a atuação do Poder Público a partir da investigação das ocorrências e da responsabilização dos envolvidos, deixando as ações de orientação e educação digital a cargo das instituições de ensino e das famílias
- (B) direcionar as campanhas de conscientização apenas às crianças e aos adolescentes matriculados na rede pública de ensino, por representar o principal espaço de prevenção das violências digitais
- (C) desenvolver ações preventivas somente após regulamentação específica editada pelos entes federativos, uma vez que a legislação federal estabelece apenas diretrizes gerais sobre o tema
- (D) restringir a atuação estatal ao atendimento dos casos já identificados pelos órgãos de proteção, cabendo às organizações da sociedade civil a formulação de estratégias permanentes de prevenção
- (E) desenvolver políticas públicas que articulem ações de prevenção, orientação e promoção de direitos no ambiente digital, buscando reduzir a exposição de crianças e adolescentes a conteúdos e práticas que possam comprometer seu desenvolvimento

QUESTÃO 10



Quanto à organização da rede de atendimento e à execução das medidas previstas no ECA e na Lei do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), assinale a opção correta.

- (A) A unificação das unidades de acolhimento institucional e das unidades de internação socioeducativa é permitida para adolescentes, visando à integração plena dos atendimentos e à redução de custos operacionais com a infraestrutura física.
- (B) O direito à convivência familiar e comunitária fundamenta a excepcionalidade do afastamento do adolescente de seu núcleo de origem, estabelecendo que a manutenção dos vínculos familiares deve ser incentivada e preservada, inclusive durante o cumprimento de medidas socioeducativas.
- (C) A medida de internação, na condição de sanção mais gravosa do sistema socioeducativo, acarreta a restrição absoluta do acesso a atividades de escolarização e profissionalização externa, limitando a circulação do adolescente ao perímetro da unidade de restrição de liberdade.
- (D) Em situação excepcional e urgente, a entidade de acolhimento poderá receber a criança ou o adolescente sem prévia determinação da autoridade competente, devendo comunicar o fato ao conselho tutelar no prazo de 48 horas.
- (E) O Plano Individual de Atendimento (PIA) consiste em um instrumento de planejamento restrito ao acolhimento institucional, sendo facultativa a sua elaboração nos casos de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em meio aberto ou fechado.

QUESTÃO 11



Considerando o modelo social da deficiência e o sistema de garantias estabelecido pela Lei Brasileira de Inclusão (LBI) e pela Política Nacional do Idoso, assinale a opção correta.

- (A) A deficiência pode ser definida pela interação entre impedimentos de longo prazo e as barreiras que obstruem a participação plena da pessoa na sociedade.
- (B) O modelo biomédico é a base atual da legislação brasileira, focando o diagnóstico exclusivamente na patologia e na lesão física do indivíduo.
- (C) A curatela é a regra para todos os idosos com deficiência intelectual, visando à proteção de todos os atos da vida civil.
- (D) A responsabilidade de assegurar os direitos da pessoa idosa é atribuída, de forma exclusiva, às instituições asilares públicas.
- (E) O conceito de acessibilidade limita-se à remoção de obstáculos arquitetônicos e físicos em prédios de uso coletivo.

QUESTÃO 12



A Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842/1994) e o Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003) estabelecem deveres compartilhados relacionados à proteção e ao cuidado da pessoa idosa. A respeito do papel da família e da responsabilidade por essa proteção, assinale a opção correta.

- (A) A responsabilidade pelo cuidado com o idoso é atribuída exclusivamente ao Estado, cabendo à família apenas o suporte financeiro, sem a obrigatoriedade de acompanhamento afetivo ou social.
- (B) A família, a comunidade, a sociedade e o Poder Público compartilham o dever de assegurar os direitos da pessoa idosa, devendo-se priorizar, sempre que possível, o atendimento pela própria família em relação ao atendimento asilar.
- (C) As entidades de longa permanência (ILPIs) substituem integralmente a responsabilidade da família, que fica desobrigada de qualquer assistência após a formalização do contrato de acolhimento institucional.
- (D) O Estado possui competência para intervir no núcleo familiar de forma direta, sendo facultado ao Poder Público decidir sobre a interrupção da convivência familiar sempre que houver divergência de opinião entre o idoso e seus parentes.
- (E) A política de atenção ao idoso desconsidera a família como núcleo essencial de proteção, priorizando o atendimento em centros de convivência públicos como a única forma de evitar o isolamento social.

QUESTÃO 13



A Política Nacional para a População em Situação de Rua, instituída pelo Decreto nº 7.053/2009, estabelece as diretrizes e os princípios para a garantia dos direitos fundamentais desse segmento social. Considerando esse Decreto e o conceito de desproteção social no âmbito do SUAS, assinale a opção correta.

- (A) A Política Nacional para a População em Situação de Rua preconiza que o atendimento a esse público deve ser realizado exclusivamente por organizações religiosas, cabendo ao Poder Público o repasse de recursos financeiros, sem a necessidade de monitoramento da qualidade das ações.
- (B) A Política Nacional para a População em Situação de Rua determina que a identificação civil e a emissão de documentos pessoais são serviços secundários, que devem ser solicitados apenas após a conclusão da etapa de reinserção no mercado de trabalho formal.
- (C) O atendimento à população em situação de rua deve ser pautado pela lógica do isolamento em grandes centros de acolhimento localizados na periferia das cidades, visando evitar o contato desses indivíduos com a dinâmica dos centros urbanos e garantir a segurança coletiva.
- (D) A situação de rua é compreendida pela normativa como uma escolha individual de estilo de vida, o que desobriga o Estado de formular políticas públicas integradas que visem à superação da pobreza e à reinserção social desses indivíduos.
- (E) O Decreto estabelece princípios como o respeito à dignidade da pessoa humana, o direito à convivência familiar e comunitária e o atendimento humanizado e universalizado, além de prever o acesso amplo, simplificado e seguro aos serviços e aos programas das diferentes políticas públicas.

QUESTÃO 14



Durante uma ação articulada da rede socioassistencial de um município que dispõe de Centro POP, uma equipe identificou um adulto que, há vários meses, utilizava diferentes espaços públicos como local de moradia e sustento.

Com base nessa situação hipotética e considerando a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), assinale a opção que apresenta a resposta correta da rede socioassistencial para essa situação.

- (A) encaminhar o usuário diretamente para uma unidade de acolhimento institucional, considerando que esse serviço constitui a porta de entrada obrigatória para o atendimento especializado à população em situação de rua
- (B) manter o acompanhamento pelo Serviço Especializado em Abordagem Social, dando continuidade às intervenções realizadas no território, sem promover, naquele momento, o encaminhamento para outro serviço socioassistencial
- (C) encaminhar o usuário ao Centro POP, onde poderá receber acompanhamento especializado, apoio para acesso à rede de serviços e utilizar recursos voltados às necessidades do cotidiano, sem que o ingresso em acolhimento institucional constitua requisito para esse atendimento
- (D) direcionar prioritariamente o usuário ao CREAS, por ser a unidade responsável pela oferta regular de espaços para higiene pessoal, guarda de pertences e permanência diurna da população em situação de rua
- (E) orientar o usuário a procurar apenas os serviços da rede de saúde, uma vez que a recusa ao acolhimento institucional inviabiliza o acompanhamento continuado pela assistência social

QUESTÃO 15



Durante o atendimento em um equipamento da rede socioassistencial, uma família relatou que um de seus integrantes deixou de ser contratado para uma vaga de emprego após o responsável pela seleção afirmar que pessoas negras “não se adequavam ao perfil do estabelecimento”. Na discussão do caso, a equipe avaliou quais providências deveriam integrar o acompanhamento da família, considerando a proteção social e a garantia de direitos.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta, à luz da atuação do SUAS e da legislação brasileira quanto a crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

- (A) A equipe deve restringir sua atuação ao atendimento das necessidades socioassistenciais imediatas da família, uma vez que situações de discriminação racial devem ser encaminhadas aos órgãos de segurança pública e ao Poder Judiciário.
- (B) A ocorrência narrada caracteriza conflito nas relações de trabalho, cabendo à equipe aguardar o desfecho de eventual investigação policial para definir o acompanhamento socioassistencial.
- (C) Para preservar a imparcialidade do atendimento, a equipe deve evitar registrar nos instrumentos técnicos a hipótese de discriminação racial relatada pela família, limitando-se à descrição objetiva das dificuldades econômicas apresentadas.
- (D) A situação de discriminação racial deve ser considerada na avaliação técnica da equipe, subsidiando o acompanhamento socioassistencial e a articulação com a rede de proteção e de garantia de direitos.
- (E) A caracterização de crime resultante de preconceito de raça ou de cor pressupõe a ocorrência de agressão física contra a vítima, razão pela qual situações relacionadas ao acesso ao trabalho não se enquadram nessa legislação.

QUESTÃO 16



Acerca da natureza jurídica e dos critérios de concessão do Programa de Alimentação Direto em Caráter Emergencial (Cartão Prato Cheio), instituído pela Lei nº 7.009/2021, assinale a opção correta.

- (A) A concessão do benefício exige que a família comprove situação de insegurança alimentar e nutricional mediante análise técnica realizada pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) ou unidades equivalentes, respeitando a periodicidade máxima de concessão definida no decreto regulamentador.
- (B) O programa é classificado como benefício de transferência de renda de caráter permanente, sendo vedada a interrupção do pagamento, mesmo que ocorra a alteração da composição familiar ou a superação da situação de vulnerabilidade financeira.
- (C) O Poder Executivo está desobrigado de articular o Programa com outras políticas de transferência de renda, para evitar que o beneficiário tenha acesso a múltiplas fontes de auxílio social.
- (D) O Cartão Prato Cheio permite a aquisição de bebidas alcoólicas e produtos de tabacaria, visto que o benefício visa à liberdade de escolha do usuário sobre o que consumir conforme suas preferências pessoais.
- (E) A fiscalização do uso dos recursos fica a cargo exclusivamente da polícia civil do Distrito Federal, que deve realizar o monitoramento diário dos gastos efetuados por cada beneficiário.

QUESTÃO 17



O programa Cartão Gás foi instituído no âmbito do Distrito Federal por meio da Lei nº 6.938/2021. Em relação à aplicação dessa norma distrital e dos procedimentos locais de gestão, assinale a opção correta.

- (A) A norma distrital permite que o benefício seja utilizado para a quitação de contas de energia elétrica, caso a família beneficiária demonstre, mediante declaração própria, que o custo do gás foi suprido por outras fontes de renda.
- (B) O pagamento do auxílio é realizado mediante depósito em conta corrente, permitindo que a família beneficiária movimente os valores em espécie para custear qualquer tipo de despesa domiciliar, incluindo lazer e transporte.
- (C) A execução do programa no Distrito Federal exige que o beneficiário tenha inscrição ativa no Cadastro Único (CadÚnico) e possua renda familiar per capita de até meio salário mínimo, sendo o benefício destinado exclusivamente à compra de botijão de gás de 13 kg.
- (D) A gestão do programa faculta às administrações regionais a prerrogativa de alterar o valor da parcela mensal concedida, sem a necessidade de anuência da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedes-DF).
- (E) A legislação distrital veda a participação de famílias que possuam crianças matriculadas na rede pública de ensino, sob o argumento de que tais famílias já são contempladas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

QUESTÃO 18



O Plano DF Social, instituído pela Lei Distrital nº 7.008/2021 e regulamentado pelo Decreto nº 42.872/2021, foi desenhado para atuar como um eixo estruturante da política de transferência de renda no Distrito Federal. Considerando o desenho institucional desse plano e as diretrizes do SUAS-DF, assinale a opção correta.

- (A) O Plano DF Social veda a cumulatividade com o Benefício de Prestação Continuada (BPC), sob a premissa de que a percepção de múltiplos auxílios financeiros comprometeria a capacidade de autossustento da família, conforme diretriz de austeridade contida no Decreto regulamentador.
- (B) A operacionalização do Plano DF Social permite a integração com o acompanhamento familiar realizado pelas equipes de referência do SUAS, visando assegurar que o auxílio financeiro atue como uma base de sustentação para a inclusão produtiva e para a efetiva emancipação dos beneficiários em relação às políticas de proteção.
- (C) As condicionalidades estabelecidas no plano, tais como a frequência escolar e o monitoramento de saúde, são consideradas facultativas e possuem caráter estritamente educativo, não gerando qualquer impacto na continuidade do recebimento do benefício caso não sejam observadas pela família.
- (D) O Plano DF Social é uma estratégia de fomento à economia local sob gestão de fundações privadas, cujos critérios de seleção de beneficiários são definidos por convênios com entidades filantrópicas, sem submissão ao controle social do Conselho de Assistência Social do Distrito Federal.
- (E) A legislação vigente estabelece que o ingresso no Plano DF Social implica a renúncia automática a qualquer outro programa de transferência de renda, sendo o CadÚnico o instrumento impeditivo para a coexistência de benefícios na mesma unidade familiar.

QUESTÃO 19



Em um CRAS do Distrito Federal, a equipe técnica atendeu uma família composta de cinco pessoas, que, recentemente, sofreu a perda do único provedor de renda em um acidente. Além da situação de luto, a família não possuía recursos para arcar com as despesas funerárias e relatou que a situação de vulnerabilidade era pontual, causada exclusivamente pelo óbito. Diante dessa demanda, a equipe deveria avaliar a concessão do benefício eventual de auxílio por morte.

Com base nessa situação hipotética, na Lei Distrital nº 5.165/2013 e no Decreto nº 35.191/2014, assinale a opção correta, acerca da concessão do auxílio por morte.

- (A) A equipe técnica deve conceder o auxílio por morte imediatamente, dispensando qualquer registro documental ou análise socioeconômica, em atenção ao princípio da celeridade.
- (B) O benefício eventual deve ser negado caso a família possua um veículo automotor, independentemente do ano de fabricação ou do valor de mercado, pois a lei proíbe qualquer tipo de patrimônio para a concessão de auxílio assistencial.
- (C) O auxílio por morte destinado às famílias residentes no Distrito Federal poderá ser concedido, em caráter suplementar e provisório, nas modalidades de pecúnia ou de bens de consumo.
- (D) O auxílio deve ser convertido em uma verba de natureza continuada e mensal, fixada em um salário mínimo, por 12 meses, para garantir que a família não entre em situação de pobreza extrema nos meses seguintes ao falecimento.
- (E) A competência para a análise e o deferimento final do pedido de benefício eventual é exclusiva do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

QUESTÃO 20



No planejamento das ações destinadas ao atendimento de uma família em situação de insegurança alimentar, os profissionais responsáveis avaliaram quais equipamentos públicos poderiam ser acionados de forma articulada para ampliar o acesso à alimentação adequada e fortalecer a proteção social. Durante o planejamento das ações, foi sugerida a utilização dos restaurantes comunitários como uma das estratégias de atendimento, articulada com outros serviços da rede de proteção social.

Com base nessa situação hipotética e considerando o papel dos restaurantes comunitários no Distrito Federal, assinale a opção correta.

- (A) O acesso ao restaurante comunitário depende da avaliação prévia realizada por unidade socioassistencial, responsável por autorizar o fornecimento das refeições conforme o plano de acompanhamento da família.
- (B) O restaurante comunitário constitui uma estratégia de acompanhamento social continuado, na qual as equipes responsáveis realizam avaliação familiar, definição de metas e monitoramento das condições de vulnerabilidade alimentar dos usuários.
- (C) O funcionamento do restaurante comunitário prioriza a distribuição de gêneros alimentícios para preparo doméstico, cabendo às refeições prontas caráter complementar em situações de emergência alimentar.
- (D) O restaurante comunitário integra a política de segurança alimentar e nutricional como equipamento público destinado à oferta de refeições nutricionalmente adequadas a preços subsidiados, podendo articular-se com a rede socioassistencial para ampliar o acesso da população em situação de vulnerabilidade.
- (E) A atuação dos restaurantes comunitários está vinculada à concessão de benefícios eventuais da assistência social, cabendo às unidades definir a elegibilidade das famílias para acesso às refeições ofertadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS DA ESPECIALIDADE

QUESTÃO 21



Com base nas obras de Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber, assinale a opção correta.

- (A) Marx relaciona a mudança histórica aos antagonismos entre as diversas classes, Durkheim caracteriza os fatos sociais por exterioridade e Weber identifica o “espírito” do capitalismo com a busca do lucro.
- (B) Marx situa o fundamento do conflito entre burguesia e proletariado na distribuição da renda no mercado, Durkheim caracteriza os fatos sociais por exterioridade e coerção e Weber relaciona o “espírito” do capitalismo à conduta profissional metódica.
- (C) Marx analisa a sociedade capitalista a partir da luta de classes entre burguesia e proletariado, Durkheim caracteriza os fatos sociais por exterioridade e coerção e Weber compreende o “espírito” do capitalismo como o *ethos* do capitalismo moderno ocidental, associado à condução metódica da vida.
- (D) Marx analisa a sociedade burguesa por meio de antagonismos históricos, Durkheim considera os fatos sociais exteriores e redutíveis às motivações individuais e Weber entende o “espírito” do capitalismo como *ethos* ligado à disciplina da conduta.
- (E) Marx atribui centralidade aos conflitos de classe, Durkheim admite que a coerção pode ocorrer mediante sanções formais ou difusas e Weber concebe o “espírito” do capitalismo como o *ethos* do capitalismo aventureiro, orientado pela exploração de oportunidades políticas e pela especulação irracional.

QUESTÃO 22



Considerando os conceitos de *habitus*, campo e capital, em Pierre Bourdieu; e de modernidade líquida, em Zygmunt Bauman, assinale a opção correta.

- (A) Em Bourdieu, o *habitus* orienta as práticas a partir de disposições incorporadas e converte trajetórias próximas em condutas necessárias e uniformes, ao passo que, em Bauman, a modernidade líquida descreve os vínculos e as instituições submetidos a mudanças frequentes.
- (B) Em Bourdieu, as práticas resultam da relação entre o *habitus*, constituído nas condições sociais de existência, as posições ocupadas nos campos e o volume e a composição dos capitais, ao passo que, em Bauman, a modernidade líquida caracteriza formas sociais instáveis, sem implicar o desaparecimento das instituições.
- (C) Em Bourdieu, o campo reúne as posições, as disputas e os interesses específicos e o valor dos capitais independe das regras próprias de cada campo, ao passo que, em Bauman, a modernidade líquida amplia a mobilidade, a incerteza e a fragilidade dos vínculos.
- (D) Em Bourdieu, os capitais econômico, cultural e social participam da diferenciação das posições e trajetórias, ao passo que, em Bauman, a liquidez reduz a dependência dos agentes em relação às instituições, ampliando de modo estável a sua autonomia e segurança.
- (E) Em Bourdieu, *habitus* e campo articulam-se na produção de práticas socialmente diferenciadas, ao passo que, em Bauman, a modernidade líquida designa uma ruptura pós-moderna que encerra a continuidade histórica do projeto moderno.

QUESTÃO 23



Em uma unidade pública de atendimento social, uma equipe verificou que determinados formulários exigem enquadramento dos usuários em categorias binárias de sexo e de gênero e registraram algumas condutas como adequadas ou inadequadas a padrões institucionais. Essas classificações são utilizadas para organizar registros, definir encaminhamentos e orientar procedimentos de atendimento. Parte dos profissionais considera que os instrumentos apenas descrevem características preexistentes dos usuários.

Com base nessa situação hipotética e nas perspectivas de Michel Foucault e de Judith Butler, assinale a opção correta.

- (A) Essa equipe deve preservar os formulários como registros descritivos, pois, em Foucault, exames organizam informações sem produzir sujeitos e em Butler, normas de gênero atuam por repetição social.
- (B) Essa equipe deve substituir classificações institucionais pela livre escolha individual, pois, em Butler, a performatividade resulta de decisão consciente e, em Foucault, o exame articula saber e poder.
- (C) Essa equipe deve concentrar a revisão na autoridade dos profissionais, entendida como fonte do poder institucional; em Butler, normas reiteradas podem sofrer deslocamentos e ressignificações.
- (D) Essa equipe deve examinar como os formulários e as classificações articulam poder e saber na normalização dos usuários e como categorias reiteradas de sexo e gênero adquirem aparência natural.
- (E) Essa equipe deve reconhecer que as classificações institucionais produzem sujeitos, mas preservar o sexo como base pré-discursiva independente das normas, incidindo a revisão apenas sobre as categorias de gênero.

QUESTÃO 24



Com base em “A construção social da realidade”, de Peter L. Berger e Thomas Luckmann, e em “Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado”, de Louis Althusser, assinale a opção correta.

- (A) Em Berger e Luckmann, a socialização envolve a interiorização de significados e papéis, e o controle social pode operar por mecanismos formais e informais, e, em Althusser, os aparelhos ideológicos de Estado participam da reprodução das relações sociais de produção.
- (B) Em Berger e Luckmann, a socialização envolve a interiorização de significados e papéis, mas o controle social ocorre somente mediante sanções jurídicas formalmente aplicadas, e, em Althusser, os aparelhos ideológicos de Estado participam da repetição das relações sociais de produção.
- (C) Em Berger e Luckmann, a socialização secundária substitui integralmente a realidade interiorizada na socialização primária, e, em Althusser, os aparelhos ideológicos de Estado participam da reprodução das relações sociais de produção.
- (D) Em Berger e Luckmann, a socialização participa da formação das identidades, e o controle social pode operar por mecanismos formais e informais, e, em Althusser, o Estado corresponde exclusivamente ao aparelho repressivo de Estado.
- (E) Em Althusser, os aparelhos ideológicos de Estado participam da repetição das relações sociais de produção, e, em Berger e Luckmann, a socialização ocorre independentemente da linguagem e das interações cotidianas.

QUESTÃO 25



Com base nas interpretações sociológicas de Florestan Fernandes, Octavio Lanni e Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, assinale a opção correta.

- (A) Segundo Florestan Fernandes, em “A integração do negro na sociedade de classes”, a abolição abriu formalmente a ordem competitiva e as desigualdades posteriores decorreram, sobretudo, da adaptação insuficiente dos libertos; segundo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, no artigo “Racismo e antirracismo no Brasil”, as relações de classe substituíram progressivamente as classificações raciais na organização das posições sociais.
- (B) Segundo Octavio Lanni, em “Raças e classes sociais no Brasil”, o trabalho livre preservou desigualdades originadas na escravidão e o predomínio das relações de classe tornou a raça analiticamente secundária; segundo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, no artigo “Racismo e antirracismo no Brasil”, o mito da democracia racial descreveu uma integração social incompleta, porém progressiva.
- (C) Segundo Florestan Fernandes, em “A integração do negro na sociedade de classes”, a abolição produziu a inserção inicialmente desigual da população negra e a urbanização neutralizou depois a herança racial no mercado de trabalho; segundo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, no artigo “Racismo e antirracismo no Brasil”, a linguagem de cor passou a funcionar, sobretudo, como identificação cultural sem efeito de estratificação.
- (D) Segundo Florestan Fernandes, em “A integração do negro na sociedade de classes”, e Octavio Lanni, em “Raças e classes sociais no Brasil”, a transição ao capitalismo incorporou a população negra de modo subordinado e a desigualdade racial permaneceu concentrada no mercado de trabalho; segundo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, no artigo “Racismo e antirracismo no Brasil”, o mito da democracia racial resultou de crenças individuais, sem efeitos institucionais mais amplos.
- (E) Segundo Florestan Fernandes, em “A integração do negro na sociedade de classes”, a abolição não assegurou a integração igualitária à ordem competitiva; segundo Octavio Lanni, em “Raças e classes sociais no Brasil”, a reorganização capitalista não eliminou inserções subalternas; segundo Antônio Sérgio Alfredo Guimarães, no artigo “Racismo e antirracismo no Brasil”, a linguagem de cor e de classe contribuiu para naturalizar desigualdades e sustentar o mito da democracia racial.

QUESTÃO 26



Com base no pensamento de Frantz Fanon e no capítulo “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”, de Boaventura de Sousa Santos, publicado na obra “Epistemologias do Sul”, organizada por Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses, assinale a opção correta.

- (A) Em Fanon, a alienação colonial envolve a linguagem, o reconhecimento e a racialização e deve ser explicada, principalmente, como conflito psíquico individual; segundo Boaventura de Sousa Santos, a ecologia de saberes preserva a primazia normativa da ciência moderna.
- (B) Em Fanon, a descolonização considera a assimilação do colonizado pela inclusão gradual nas instituições metropolitanas; nas epistemologias do Sul, o epistemicídio é corrigido quando saberes locais são descritos como cultura.
- (C) Em Fanon, o colonialismo produz dominação material, racialização, alienação e bloqueios de reconhecimento; em “Epistemologias do Sul”, a crítica ao pensamento abissal e ao epistemicídio fundamenta a ecologia de saberes, entendida como interação entre conhecimentos científicos e não científicos.
- (D) Em Fanon, a sociogênese relaciona o sofrimento psíquico e a ordem colonial e desloca a análise das instituições para a interioridade; em “Epistemologias do Sul”, saberes subalternizados devem ser validados pela ciência dominante antes de orientar políticas.
- (E) Em Fanon, a independência formal pode não superar efeitos coloniais e a descolonização limita-se à mudança estatal; em “Epistemologias do Sul”, reconhecer a pluralidade de saberes dispensa a avaliação contextual dos efeitos concretos da aplicação dos diferentes saberes em situações específicas.

QUESTÃO 27



Em um diagnóstico socioassistencial, uma equipe verificou que mulheres negras aparecem de forma recorrente entre famílias em situação de insegurança de renda, trabalho doméstico precarizado, chefia familiar sem rede estável de apoio, estigmas relacionados à sexualidade e exposição a violências institucionais e interpessoais. O relatório preliminar atribuiu essa recorrência principalmente à pobreza e à baixa escolaridade, sem analisar conjuntamente raça, classe, gênero, sexualidade e práticas institucionais de atendimento.

Com base nessa situação hipotética e na perspectiva da interseccionalidade, assinale a opção correta.

- (A) Esse relatório deve priorizar renda e escolaridade como dimensões explicativas centrais e utilizar raça, gênero e sexualidade apenas como variáveis complementares para caracterizar os diferentes grupos atendidos.
- (B) Esse relatório deve examinar como raça, classe, gênero e sexualidade se articulam na produção das situações observadas, considerando também como regras, procedimentos e práticas institucionais podem distribuir desigualmente recursos, proteção e reconhecimento.
- (C) Esse relatório deve analisar separadamente raça, classe, gênero e sexualidade; calcular os efeitos específicos de cada dimensão e, posteriormente, somá-los para explicar a situação social das mulheres negras.
- (D) Esse relatório deve considerar os efeitos das práticas institucionais apenas quando houver evidência de intenção discriminatória por parte dos profissionais responsáveis pelo atendimento.
- (E) Esse relatório deve concentrar a análise nas identidades e nas percepções subjetivas das usuárias, evitando relacioná-las às condições materiais, territoriais e institucionais, que constituem dimensões analíticas distintas.

QUESTÃO 28



Considerando a análise de Frantz Fanon sobre a organização racial e espacial do mundo colonial, assinale a opção correta.

- (A) A ordem colonial separa espacial e racialmente colonizador e colonizado, articulando território, riqueza, violência e hierarquias de humanidade na reprodução da dominação.
- (B) A separação espacial decorre principalmente de diferenças culturais anteriores ao colonialismo e atua independentemente da exploração econômica e da violência institucional.
- (C) A cidade colonial integra progressivamente os grupos racializados, pois a proximidade territorial reduz hierarquias e converte desigualdades políticas em diferenças administrativas.
- (D) A compartimentação do espaço é o efeito secundário da dominação, enquanto o racismo opera apenas no plano das representações e de atitudes individuais.
- (E) A desigualdade entre a cidade do colono e a cidade do colonizado expressa níveis distintos de urbanização, sem relação necessária com a racialização e o poder.

QUESTÃO 29



Com base nas análises de Lélia Gonzalez, no artigo “Racismo e sexismo na cultura brasileira”; de Sueli Carneiro, na obra “Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil”; de Silvio Luiz de Almeida, na obra “Racismo estrutural”; e de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, na obra “Interseccionalidade”, assinale a opção correta.

- (A) As imagens estereotipadas de mulheres negras indicam reconhecimento social, pois valorizam papéis historicamente atribuídos a elas na formação cultural brasileira.
- (B) A miscigenação enfraquece as hierarquias raciais, pois amplia as categorias intermediárias de cor e torna secundária a análise sociológica do racismo brasileiro.
- (C) Segundo Silvio Luiz de Almeida, na obra “Racismo estrutural”, o racismo estrutural deve ser examinado sem gênero e sexualidade, pois essas dimensões pertencem principalmente às experiências privadas dos indivíduos.
- (D) Segundo Lélia Gonzalez, representações sobre mulheres negras articulam racismo e sexismo; segundo Sueli Carneiro, a miscigenação pode ocultar desigualdades raciais e operar por meio de uma hierarquia cromática; segundo Patricia Hill Collins e Sirma Bilge, a interseccionalidade permite analisar como essas relações de poder se articulam.
- (E) A interseccionalidade substitui a raça por classe, pois a renda, a escolaridade e o território explicam suficientemente a posição social das mulheres negras.

QUESTÃO 30



Em uma metrópole brasileira, uma política de “revitalização urbana” combinou a valorização imobiliária de uma área central; o aumento dos aluguéis; a substituição do comércio popular; a saída progressiva de moradores de baixa renda; a expansão de condomínios fechados; e o controle privado dos acessos. Paralelamente, os discursos oficiais apresentaram as favelas e as periferias próximas como espaços de desordem e de risco. Nesse sentido, movimentos sociais reivindicaram a permanência dos moradores e a participação nas decisões sobre o território. Diante desse quadro, uma equipe técnica foi incumbida de elaborar uma análise sociológica dos efeitos da intervenção.

Com base nessa situação hipotética e nos debates sobre direito à cidade, sobre segregação socioespacial, sobre gentrificação e sobre periferias, assinale a opção correta.

- (A) Essa equipe deve interpretar a intervenção como modernização urbana distributiva, pois a valorização dos serviços tende a compensar os deslocamentos e amplia o direito individual ao consumo da cidade.
- (B) Essa equipe deve tratar a segregação como distância física, considerando que os condomínios fechados aproximam grupos diferentes e, por isso, reduzem as fronteiras sociais e as desigualdades urbanas.
- (C) Essa equipe deve reconhecer a valorização imobiliária, mas afastar a hipótese de gentrificação enquanto não houver remoção judicial, pois os aumentos de custos não produzem o deslocamento social.
- (D) Essa equipe deve explicar favelas e periferias por carências locais e recomendar sua integração física, sem relacioná-las aos processos históricos de produção e de apropriação do espaço urbano.
- (E) Essa equipe deve analisar a intervenção como articulação entre a gentrificação, segregação material e simbólica, e a disputa pelo direito à cidade, incluindo os deslocamentos indiretos e a estigmatização territorial.

QUESTÃO 31



Com base nas análises de Teresa Pires do Rio Caldeira, em “Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo”; e de Loïc Wacquant, em “Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos”, assinale a opção correta.

- (A) A concentração territorial da pobreza indica vulnerabilidade social e explica suficientemente a violência urbana, justificando o policiamento seletivo e a menor proteção social nesses territórios urbanos.
- (B) Segundo Caldeira, o medo do crime interfere sobretudo nas percepções individuais de insegurança, enquanto a organização do espaço urbano e das práticas de controle decorre principalmente de fatores materiais.
- (C) A criminalização da pobreza ocorre quando os discursos e as instituições tratam os grupos pobres e os territórios populares como suspeitos preferenciais, legitimando a vigilância, a segregação e a punição seletiva.
- (D) A expansão penal amplia a presença estatal em territórios vulneráveis e deve ser lida como a garantia universal de proteção social, a inclusão cidadã e os direitos efetivos.
- (E) A segurança privada organiza os acessos, reduz os medos localizados e substitui seletividades institucionais por proteção neutra, igualmente acessível a todos os grupos sociais urbanos.

QUESTÃO 32



Com base nas análises de Maria da Glória Gohn, em “Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos”; de Manuel Castells, em “Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet”; e de Regina Facchini, em “Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90”, assinale a opção correta.

- (A) Os movimentos sociais articulam as demandas, os repertórios, as redes e as identidades. A comunicação digital, por sua vez, amplia a visibilidade, sem substituir os espaços públicos, as relações institucionais e os conflitos internos.
- (B) Os movimentos sociais decorrem de insatisfações coletivas, mas sua relevância depende principalmente da intensidade do protesto, não de organização, de identidade ou de repertórios.
- (C) A institucionalização amplia recursos e canais de interlocução e tende a resolver as tensões entre autonomia, representação e relação com o Estado, aproximando progressivamente as demandas políticas da prestação técnica de serviços.
- (D) A Internet favorece mobilizações em rede, mas torna as ruas, as praças e as assembleias recursos residuais para a deliberação, a presença e a visibilidade política coletiva.
- (E) As identidades coletivas nomeiam os grupos já constituídos e, por isso, as categorias e as siglas têm função descritiva, sem disputas relevantes de representação política ampla.

QUESTÃO 33



Em um município, o Conselho Municipal de Assistência Social reuniu representantes do Poder Público; entidades prestadoras de serviços; trabalhadores; organizações da sociedade civil; e usuários. Apesar dessa composição plural, o órgão gestor definiu previamente a pauta, os representantes dos usuários receberam as informações orçamentárias apenas durante as reuniões e as decisões costumavam ser aprovadas sem debate sobre as prioridades e os critérios de atendimento.

Com base nessa situação hipotética e nas análises de Maria da Glória Gohn, em “Conselhos gestores e participação sociopolítica”, e de Luciana Tatagiba, na resenha “Conselhos gestores de políticas públicas e democracia participativa: aprofundando o debate”, e a respeito da obra “Democracia e participação: os conselhos gestores do Paraná”, assinale a opção correta.

- (A) A gestão deve ampliar a representação das entidades prestadoras e delegar-lhes a consolidação das informações, pois sua experiência operacional assegura o controle social suficiente sobre a política.
- (B) No âmbito do Conselho Municipal de Assistência Social, a gestão deve garantir acesso prévio às informações técnico-orçamentárias, construção compartilhada da pauta, condições de representação dos usuários e deliberação pública sobre prioridades e critérios de atendimento.
- (C) A gestão deve manter a composição atual e divulgar resumos após as reuniões, pois a pluralidade formal do conselho neutraliza as desigualdades de informação e de participação.
- (D) A gestão deve adotar o consenso como indicador de desempenho e promover a negociação técnica prévia da pauta, reduzindo as divergências durante as reuniões do conselho.
- (E) A gestão deve substituir as deliberações periódicas por consultas de satisfação aos usuários, reservando ao Executivo as decisões sobre orçamento, prioridades e avaliação da política.

QUESTÃO 34



Em uma cidade marcada por forte desigualdade territorial, moradores de condomínios fechados pressionam o Poder Público por policiamento ostensivo nas periferias e ampliação do controle sobre pessoas consideradas suspeitas. Simultaneamente, expandem-se os serviços privados de vigilância, reduzem-se os programas sociais, e o acesso de populações pobres a benefícios passa a envolver maior controle cadastral e maior ênfase na responsabilidade individual dos beneficiários pelo cumprimento das exigências dos programas. Diante de questionamentos sobre os efeitos dessas medidas, a prefeitura solicitou um relatório sociológico para orientar suas decisões.

Com base nas análises de Teresa Pires do Rio Caldeira, em “Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo”, e de Loïc Wacquant, em “Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos”, assinale a opção correta.

- (A) Esse relatório deve recomendar a integração da vigilância privada ao policiamento público, pois os enclaves fortificados aproximam os grupos sociais e reduzem as fronteiras simbólicas.
- (B) Esse relatório deve interpretar a ênfase na responsabilidade individual dos beneficiários pelo cumprimento das exigências dos programas como política de autonomia que compensa a redução dos programas sociais e diminui a seletividade das respostas penais.
- (C) Esse relatório deve utilizar a “fala do crime”, conceito de Teresa Pires do Rio Caldeira referente às narrativas cotidianas sobre crime e perigo, como indicador técnico neutro para distribuir o policiamento e controlar a circulação territorial.

- (D) Esse relatório deve analisar como as narrativas de medo e os enclaves fortificados legitimam a vigilância seletiva e como a retração da proteção social, associada à responsabilização individual dos beneficiários, contribui para a gestão punitiva da desigualdade e a criminalização da pobreza.
- (E) Esse relatório deve considerar a expansão penal como modalidade de proteção social, pois uma maior presença estatal nas periferias tende a universalizar a segurança, a cidadania e os direitos.

QUESTÃO 35



Com base na análise de Nancy Fraser sobre redistribuição e reconhecimento, de Manuel Castells sobre movimentos sociais em rede, de Regina Facchini sobre produção de identidades coletivas e institucionalização, e de Maria da Glória Gohn sobre teorias dos movimentos sociais, assinale a opção correta.

- (A) Os movimentos urbanos e rurais priorizam a redistribuição material. Os movimentos identitários priorizam o reconhecimento, sem uma articulação relevante entre esses campos na ação coletiva.
- (B) As pautas identitárias ampliam a visibilidade pública, mas descaracterizam os movimentos sociais quando não se traduzem em reivindicações econômicas dirigidas ao Poder Público.
- (C) Os movimentos sociais podem articular a redistribuição, o reconhecimento, a identidade coletiva, os repertórios de protesto, as redes de mobilização e as disputas institucionais, sem oposição rígida.
- (D) As redes digitais ampliam a circulação de mensagens, mas relegam a segundo plano a organização, as alianças, os repertórios e a presença pública na ação coletiva contemporânea.
- (E) A institucionalização amplia os recursos e os canais de diálogo, mas transforma as reivindicações políticas em administração estável, reduzindo os conflitos internos dos movimentos.

QUESTÃO 36



Uma equipe técnica pretendia investigar por que parte da população de um território vulnerável utilizava pouco os serviços públicos disponíveis. Os registros existentes informam a renda, a escolaridade, a frequência de atendimento e a distância até os equipamentos, mas não esclarecem como os usuários interpretam as regras, os encaminhamentos e as experiências de acolhimento. Há recursos para a aplicação de questionários e a realização de entrevistas.

Com base nessa situação hipotética e no debate epistemológico sobre os métodos quantitativos e os qualitativos de pesquisa, assinale a opção correta.

- (A) Essa equipe deve aplicar primeiro os questionários padronizados e formular depois o problema teórico, usando os padrões encontrados para definir o objeto e orientar a interpretação.
- (B) Essa equipe deve adotar apenas as entrevistas abertas, pois as experiências e os significados não podem ser analisados junto às medidas de renda, de escolaridade, de frequência e de distância.
- (C) Essa equipe deve escolher a técnica conforme o tempo e a disponibilidade de acesso, pois os questionários e as entrevistas definem o objeto, independentemente do referencial teórico adotado.
- (D) Essa equipe deve coletar os questionários e as entrevistas como métodos mistos, ainda que cada conjunto seja analisado separadamente, sem uma questão comum ou a integração das evidências.
- (E) Essa equipe deve formular o problema e definir o referencial teórico, que orientarão a definição das variáveis e dos critérios de seleção. Depois, deve aplicar os questionários e realizar as entrevistas. Por fim, deve integrar as evidências produzidas pelos dois instrumentos de acordo com os objetivos da pesquisa.

QUESTÃO 37



Com base nas concepções de Clifford Geertz, em “A interpretação das culturas”, e de Rosana Guber, em “La etnografía: método, campo y reflexividad”, assinale a opção correta, a respeito do uso da etnografia em contextos de vulnerabilidade.

- (A) A etnografia descreve os comportamentos externos e as rotinas institucionais, evitando interpretar os sentidos dos sujeitos para preservar a neutralidade analítica estrita.
- (B) A etnografia combina permanência em campo, observação participante, entrevistas e reflexividade para compreender os sentidos e(ou) os significados das práticas sociais.
- (C) A observação participante substitui as entrevistas, pois a presença cotidiana do pesquisador torna dispensáveis as narrativas de usuários sobre as experiências.
- (D) A descrição densa consiste em acumular as informações territoriais, independentemente da interpretação dos códigos sociais que organizam as práticas observadas.
- (E) A permanência prolongada em campo elimina as mediações teóricas, garantindo dados neutros e dispensando os registros sistemáticos da pesquisa realizada.

QUESTÃO 38



Considerando o uso de entrevistas e de histórias de vida na pesquisa social, assinale a opção correta.

- (A) As histórias de vida organizam as trajetórias cronologicamente, sem a interpretação sociológica para preservar a fidelidade narrativa e evitar as interferências analíticas externas.
- (B) As entrevistas em profundidade devem seguir o roteiro fixo, pois as adaptações comprometem a comparabilidade, a objetividade e o controle da pesquisa qualitativa.
- (C) As narrativas biográficas têm validade quando correspondem aos fatos vividos, dispensando a articulação com o território, as instituições e as condições sociais amplas.
- (D) As entrevistas e as histórias de vida articulam as trajetórias, os sentidos, as instituições e a vulnerabilidade, sem converter relatos em evidência estatística representativa.
- (E) As histórias de vida substituem os registros institucionais, pois a memória dos interlocutores reconstrói integralmente os processos sociais e os administrativos complexos.

QUESTÃO 39



Uma equipe municipal precisou elaborar um mapa socioterritorial para orientar a expansão dos serviços socioassistenciais. A média geral de renda do município apresentou valor intermediário, mas os bairros apresentam perfis distintos quanto à presença de crianças, idosos e pessoas autodeclaradas pretas e pardas, bem como quanto à escolaridade, ao saneamento e à distância dos equipamentos públicos. A equipe dispõe, também, de um índice sintético de vulnerabilidade calculado para cada bairro.

Com base nessa situação hipotética e nos princípios de construção, de análise e de interpretação de indicadores sociais, raciais e demográficos, assinale a opção correta.

- (A) Essa equipe deve utilizar a média municipal de renda e o índice sintético geral, pois as medidas agregadas permitem comparar os bairros sem fragmentar excessivamente o diagnóstico territorial.
- (B) Essa equipe deve desagregar os dados apenas por bairro e idade, mantendo raça/cor como informação descritiva posterior à definição das prioridades de expansão dos serviços.
- (C) Essa equipe deve combinar os índices sintéticos e os indicadores simples desagregados por bairro, idade e raça/cor, verificando a validade, a confiabilidade e a transparência antes de definir as prioridades territoriais.
- (D) Essa equipe deve priorizar os indicadores já disponíveis nos registros administrativos e evitar escolhas teóricas adicionais, preservando a neutralidade técnica do mapa socioterritorial.
- (E) Essa equipe deve substituir os indicadores simples por um índice composto, desde que os pesos atribuídos às dimensões sociais, às raciais e às demográficas sejam explicitados.

QUESTÃO 40



Uma equipe municipal acompanhou famílias beneficiárias de um programa governamental de transferência de renda. Os registros informavam os pagamentos, a atualização cadastral, a frequência escolar e o acompanhamento de saúde. Contudo, os profissionais e os beneficiários relatavam dificuldades no cadastramento, barreiras territoriais, interrupções no acompanhamento familiar e dúvidas sobre as condicionalidades, além de diferenças entre os procedimentos formais e o atendimento efetivamente prestado.

Com base nessa situação hipotética e no papel do sociólogo no monitoramento e na avaliação qualitativa de políticas públicas, assinale a opção correta.

- (A) Essa equipe deve integrar os indicadores administrativos, as entrevistas semiestruturadas com os beneficiários e os profissionais, a observação dos serviços e a análise documental para examinar a cobertura, o acesso, a implementação e as experiências das famílias.
- (B) Essa equipe deve priorizar os relatos dos beneficiários e utilizar os registros administrativos apenas como contexto, pois a avaliação qualitativa é suficiente para demonstrar a eficácia e a efetividade.
- (C) Essa equipe deve concentrar o monitoramento em pagamentos, na atualização cadastral e nas condicionalidades, tratando as barreiras territoriais e os sentidos atribuídos como aspectos externos à implementação.
- (D) Essa equipe deve atribuir ao benefício a redução observada da pobreza, desde que os pagamentos sejam regulares, sem a necessidade de examinar o mercado de trabalho, a cobertura e o contexto econômico.
- (E) Essa equipe deve compor a amostra qualitativa com beneficiários que mantiveram o acompanhamento regular e os registros completos, pois esses casos oferecem evidências mais confiáveis sobre a implementação do programa.

CONHECIMENTOS GERAIS

Texto para as questões de 41 a 43.

A Educação Alimentar e Nutricional (EAN) se configura como ação estratégica para a realização do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) e garantia da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). É um campo de conhecimento e atuação transdisciplinar, multisetorial e multiprofissional, com amplas possibilidades de uso de recursos educacionais problematizadores com base no diálogo, favorecendo a reflexão crítica, a autonomia dos indivíduos e famílias e a valorização da cultura alimentar, da sustentabilidade e dos sistemas alimentares saudáveis.

A EAN é uma diretriz da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), conforme dispõe o Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010 e, assim, representa uma estratégia fundamental para a promoção da alimentação adequada e saudável, ampliando a autonomia e o protagonismo dos indivíduos, das famílias e da comunidade, permitindo refletir sobre toda a cadeia produtiva – produção, abastecimento e acesso a alimentos adequados e saudáveis. Nesse sentido, deve ser abordada de maneira mais ampla em diversos campos de atuação, articulando-se com outras políticas públicas.

No âmbito da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedes), as ações de Educação Alimentar e Nutricional (EAN) são desenvolvidas de forma transversal, articulando-se tanto com os programas da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional quanto com a Política de Assistência Social, sob gestão da Subsecretaria de Assistência Social.

Nesse contexto, a EAN é promovida junto aos beneficiários do Programa Cartão Prato Cheio, nas modalidades pecúnia e cestas de alimentos, nas atividades mensais realizadas nos Restaurantes Comunitários e também entre os servidores da Secretaria, ampliando o acesso a informações qualificadas sobre alimentação adequada e saudável. Adicionalmente, as ações de EAN são realizadas no escopo dos programas, serviços e unidades do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), os Centros POP e as Unidades de Acolhimento.

Internet: <sedes.df.gov.br> (com adaptações).

QUESTÃO 41

Infere-se do texto que a EAN ultrapassa a dimensão da orientação sobre hábitos alimentares, porque

- (A) condiciona a atuação à divulgação de recomendações nutricionais voltadas aos beneficiários de programas de transferência de renda.
- (B) fundamenta-se na integração entre diferentes áreas de conhecimento e políticas públicas, promovendo autonomia, reflexão crítica e compreensão dos sistemas alimentares.
- (C) concentra suas ações na fiscalização da qualidade dos alimentos comercializados pelos estabelecimentos públicos.
- (D) substitui as políticas públicas de segurança alimentar ao assumir integralmente a promoção do direito humano à alimentação adequada.
- (E) limita-se à realização de atividades educativas destinadas aos usuários dos restaurantes comunitários.

QUESTÃO 42

De acordo com o texto, a relação estabelecida entre a EAN e as políticas públicas evidencia que

- (A) a efetividade das ações de EAN depende da atuação da Subsecretaria de Segurança Alimentar e Nutricional.
- (B) a EAN constitui estratégia integrada que se desenvolve de forma transversal, articulando diferentes programas, serviços e políticas públicas.

- (C) a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional substituiu as ações anteriormente executadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS).
- (D) as ações de EAN destinam-se prioritariamente aos servidores da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedes-DF), por serem responsáveis pela execução das políticas públicas.
- (E) a promoção da alimentação adequada restringe-se às atividades desenvolvidas no programa Cartão Prato Cheio.

QUESTÃO 43

Em consonância com o texto, a EAN contribui para a promoção da alimentação adequada e saudável, porque

- (A) prescinde de ações relacionadas à distribuição de alimentos às famílias em situação de vulnerabilidade social.
- (B) circunscreve suas atividades às unidades responsáveis pela execução da Política de Assistência Social.
- (C) define critérios para a concessão de benefícios sociais vinculados ao SUAS.
- (D) substitui os programas de segurança alimentar por ações educativas voltadas aos servidores públicos.
- (E) estimula a reflexão crítica, fortalece a autonomia dos indivíduos e integra suas ações com diferentes políticas públicas.

Texto para as questões de 44 a 46.

Prezados(as) cidadãos(ãs),

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) está à disposição para atender famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social que residem em seu território de abrangência, especialmente aqueles que enfrentam dificuldades decorrentes da insuficiência de renda, da fragilidade dos vínculos familiares e comunitários ou do acesso limitado às políticas públicas.

Entre os serviços oferecidos, destaca-se o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), que realiza acompanhamento continuado com o objetivo de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura de vínculos, ampliar o acesso a direitos e contribuir para a melhoria da qualidade de vida. Por meio desse serviço, são desenvolvidas ações preventivas, protetivas e proativas que promovem a autonomia das famílias, facilitam o acesso a benefícios, programas de transferência de renda, serviços socioassistenciais e demais políticas públicas, além de oferecer apoio às famílias que possuem integrantes em situação de dependência de cuidados, por meio de espaços de escuta, orientação e troca de experiências.

No Distrito Federal, a rede conta com 32 unidades do CRAS, distribuídas em diferentes territórios, além de um CRAS Móvel, que realiza atendimento itinerante em localidades sem unidade fixa, ampliando o acesso da população aos serviços da assistência social.

Caso você ou sua família necessitem de orientação ou acompanhamento, procure a unidade do CRAS mais próxima. Nossa equipe está preparada para acolher, orientar e contribuir para a garantia de direitos e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Cordialmente,

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (Sedes-DF)

Internet: <sedes.df.gov.br> (com adaptações).

QUESTÃO 44



Infer-se do texto que a atuação do CRAS busca enfrentar situações de vulnerabilidade social, por meio de uma estratégia que

- (A) concentra suas ações na concessão de benefícios financeiros às famílias em situação de baixa renda.
- (B) articula acompanhamento familiar, fortalecimento de vínculos e ampliação do acesso a direitos e políticas públicas.
- (C) prioriza o atendimento às famílias residentes em localidades atendidas pelo CRAS Móvel.
- (D) restringe sua atuação ao encaminhamento dos usuários para programas de transferência de renda.
- (E) substitui a atuação das demais políticas públicas voltadas à proteção social.

QUESTÃO 45



Quanto às características composicionais e à finalidade comunicativa, o texto apresenta estrutura típica de um(a)

- (A) relatório administrativo, pois registra resultados quantitativos referentes aos atendimentos realizados pelo CRAS.
- (B) memorando, pois comunica internamente aos servidores procedimentos administrativos de funcionamento das unidades do CRAS.
- (C) parecer técnico, pois analisa juridicamente a execução da Política Nacional de Assistência Social.
- (D) carta institucional de caráter informativo, pois dirige-se à população para apresentar serviços públicos e orientar a busca por atendimento.
- (E) edital, pois estabelece regras para o ingresso de cidadãos nos serviços socioassistenciais.

QUESTÃO 46



Considerando o trecho “Por meio desse serviço, são desenvolvidas ações preventivas, protetivas e proativas que promovem a autonomia das famílias, facilitam o acesso a benefícios, programas de transferência de renda, serviços socioassistenciais e demais políticas públicas, além de oferecer apoio às famílias que possuem integrantes em situação de dependência de cuidados.”, é correto afirmar que a expressão “desse serviço” estabelece a relação de referência com

- (A) o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).
- (B) o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).
- (C) os programas de transferência de renda.
- (D) os serviços socioassistenciais ofertados pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social.
- (E) a equipe responsável pelo atendimento às famílias.

Texto para as questões 47 e 48.

O Projeto Warao oferece atendimento socioassistencial a famílias migrantes internacionais e refugiadas da etnia Warao, oriundas da Venezuela, em situação de rua ou desabrigo no Distrito Federal, com foco na inserção social, no fortalecimento dos vínculos sociais e na promoção da autonomia. A iniciativa assegura acolhimento provisório em espaço seguro, organizado em sistema de cogestão, com acompanhamento de equipe técnica de referência responsável por apoiar a gestão coletiva da moradia, realizar o acompanhamento socioassistencial e promover o encaminhamento das famílias aos serviços, programas e benefícios da rede socioassistencial e das demais políticas públicas. De caráter temporário, o projeto está em funcionamento desde janeiro de 2021, sendo executado por meio de parceria entre a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (Sedes) e a Cáritas Arquidiocesana de Brasília, com sede na Chácara nº 1, Núcleo Rural Capão Comprido, às margens da DF-473, em São Sebastião (DF).

Internet: <sedes.df.gov.br> (com adaptações).

QUESTÃO 47



Com base no período a seguir, adaptado do texto, “A iniciativa assegura acolhimento provisório em espaço seguro com acompanhamento de equipe técnica de referência responsável por apoiar a gestão coletiva da moradia, realizar o acompanhamento socioassistencial e promover o encaminhamento das famílias.”, é correto afirmar que a predominância dos verbos no presente do indicativo no texto justifica-se porque esse tempo verbal

- (A) descreve ações concluídas em momento anterior ao da enunciação, enfatizando a origem histórica do Projeto Warao.
- (B) indica ações futuras cuja realização depende da celebração de novos convênios institucionais.
- (C) expressa ações habituais, apresentando como vigentes as atividades desenvolvidas pelo projeto.
- (D) manifesta hipótese acerca das atividades que poderão ser desenvolvidas pela equipe técnica.
- (E) atribui às ações caráter eventual, condicionado ao comparecimento das famílias ao serviço.

QUESTÃO 48



Assinale a opção em que a reescrita do trecho “equipe técnica de referência responsável por apoiar a gestão coletiva da moradia, realizar o acompanhamento socioassistencial e promover o encaminhamento das famílias aos serviços, programas e benefícios da rede socioassistencial e das demais políticas públicas.” mantém a concordância verbal e nominal de acordo com a norma-padrão.

- (A) **A equipe técnica de referência é responsável por apoiar a gestão coletiva da moradia, realizar o acompanhamento socioassistencial e promover o encaminhamento das famílias aos serviços públicos.**
- (B) **A equipe técnica de referência são responsáveis por apoiar a gestão coletiva da moradia, realizar o acompanhamento socioassistencial e promover o encaminhamento das famílias aos serviços públicos.**
- (C) **A equipe técnica de referência é responsável por apoiar a gestão coletiva da moradia, realizar o acompanhamento socioassistencial e promoverem o encaminhamento das famílias aos serviços públicos.**
- (D) **A equipe técnica de referência são responsável por apoiar a gestão coletiva da moradia, realizar o acompanhamento socioassistencial e promover o encaminhamento das famílias aos serviços públicos.**
- (E) **A equipe técnica de referência é responsáveis por apoiar a gestão coletiva da moradia, realizar o acompanhamento socioassistencial e promover o encaminhamento das famílias aos serviços públicos.**

QUESTÃO 49



A respeito da natureza jurídica e do fundamento normativo da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), assinale a opção correta.

- (A) Por reunir o Distrito Federal e os municípios voltados a funções públicas de interesse comum, a RIDE caracteriza-se como região metropolitana, sujeita à instituição por lei complementar estadual.
- (B) A RIDE foi instituída por lei complementar federal, como instrumento de articulação da ação administrativa da União em um mesmo complexo geoeconômico e social, sem constituir ente federativo nem pessoa jurídica própria.
- (C) A RIDE configura ente federativo autônomo, integrante da organização político-administrativa da República, dotado de competências legislativas próprias.
- (D) A instituição da RIDE compete concorrentemente à União, ao Distrito Federal e aos estados de Goiás e de Minas Gerais, mediante leis complementares de cada ente.
- (E) A RIDE constitui consórcio público, dotado de personalidade jurídica própria, instituído mediante a ratificação por lei de cada ente federativo participante, de protocolo de intenções.

QUESTÃO 50



Um morador de município goiano integrante da RIDE, encontrando-se no Distrito Federal e em situação de necessidade, procurou uma unidade pública socioassistencial para acolhida inicial, orientação e encaminhamento. Esse primeiro atendimento foi recusado exclusivamente porque ele não possuía domicílio no DF.

Com base nessa situação hipotética, bem como na legalidade de eventuais fundamentos para a recusa de atendimento, assinale a opção correta.

- (A) A assistência social é dever do Estado e independe de contribuição, mas o direito ao atendimento condiciona-se à prévia inscrição do requerente em cadastro socioassistencial, sem a qual a prestação pode ser recusada.
- (B) O morador deve comprovar os pagamentos ao INSS, já que a assistência social, por integrar a seguridade social, é prestada apenas a quem tenha contribuído para seu respectivo custeio.
- (C) A exigência de possuir domicílio no DF está de acordo com a Lei Orgânica do DF.
- (D) A recusa é indevida, pois a acolhida inicial, a orientação e o encaminhamento não dependem de contribuição, cadastro prévio ou domicílio no Distrito Federal.
- (E) O serviço pode ser negado, pois sua prestação condiciona-se à prévia disponibilidade orçamentária, ausente a dotação específica.

QUESTÃO 51



Considerando as exigências da Lei Orgânica do Distrito Federal para a realização de estudo prévio de impacto ambiental, assinale a opção correta.

- (A) Dar-se-á publicidade ao estudo, que ficará à disposição do público por, no mínimo, 30 dias antes da audiência pública obrigatória.
- (B) O estudo será elaborado por profissional legalmente habilitado, dispensado o cadastramento no órgão ambiental do Distrito Federal.
- (C) Ainda que substituída a exigência do estudo pelo licenciamento ambiental simplificado, nas hipóteses de parcelamento do solo de pequena área, fica dispensada a realização de audiência pública.
- (D) A execução das atividades potencialmente causadoras de significativa degradação depende exclusivamente do estudo prévio de impacto ambiental, que supre as demais licenças ambientais exigidas por Lei.
- (E) O estudo prévio de impacto ambiental somente pode ser exigido antes da instalação do empreendimento, não se admitindo sua exigência quanto a atividades já em operação.

QUESTÃO 52



À luz do regime de prescrição da pretensão punitiva disciplinar estabelecido na Lei Complementar nº 840/2011, assinale a opção correta.

- (A) A ação disciplinar relativa à infração punível com demissão prescreve em cinco anos, contados da data em que o fato se tornou conhecido pela autoridade competente.
- (B) A ação disciplinar relativa à infração punível com advertência prescreve em 180 dias.
- (C) O prazo de prescrição conta-se a partir da data da prática da infração, ainda que o fato só se torne conhecido pela Administração posteriormente.
- (D) A instauração de processo disciplinar suspende o curso da prescrição, a qual, cessada a suspensão, volta a fluir apenas pelo tempo restante.
- (E) Tratando-se de infração também capitulada como crime, os prazos de prescrição da lei penal aplicam-se independentemente da existência de ação penal em curso.

QUESTÃO 53



Um servidor público civil do Distrito Federal, ocupante de cargo efetivo, aposentou-se voluntariamente. Posteriormente, em processo administrativo disciplinar (PAD), realizado e concluído antes do prazo prescricional, conduzido regularmente por comissão disciplinar em que foi assegurado o contraditório e ampla defesa, restou comprovado que, quando ainda em atividade, ele recebera quantias em dinheiro de particulares para favorecê-los na tramitação de processos que lhe competia analisar.

Com base nessa situação hipotética e na Lei Complementar nº 840/2011, assinale a opção correta.

- (A) Nenhuma penalidade pode ser aplicada, pois a aposentadoria extinguiu o vínculo e, com ele, o poder disciplinar quanto aos fatos anteriores.
- (B) A penalidade cabível é a demissão, com a consequente perda do cargo ocupado pelo servidor.
- (C) A penalidade cabível é a suspensão, convertida em multa, dada a impossibilidade de aplicar a demissão a quem já se encontra aposentado.
- (D) A cassação da aposentadoria é inviável, pelo caráter contributivo de benefícios previdenciários.
- (E) A penalidade cabível é a cassação da aposentadoria, aplicável ao inativo que, na atividade, praticou infração punível com demissão.

QUESTÃO 54



Uma unidade administrativa do governo do Distrito Federal identificou registros divergentes, encaminhamentos duplicados e ausência de rotina comum para consolidar as informações sobre a implementação do II Plano Distrital de Políticas para as Mulheres (II PDPM). A chefia deveria definir um fluxo institucional que superasse a fragmentação, permitisse o acompanhamento periódico das ações e assegurasse a articulação entre os órgãos responsáveis por sua execução.

Com base nessa situação hipotética e no Decreto nº 42.590/2021, assinale a opção que apresenta a providência correta, quanto ao arranjo institucional do II PDPM.

- (A) manter o acompanhamento sob responsabilidade isolada de cada órgão executor e encaminhar à Secretaria de Estado da Mulher apenas o balanço final das ações, sem a avaliação integrada durante a implementação
- (B) centralizar o acompanhamento no órgão responsável pelo orçamento e restringir o fluxo de informações aos dados financeiros relativos às ações e às metas executadas
- (C) estruturar o fluxo integrado de informações que subsidie o Comitê de Articulação e Monitoramento: no acompanhamento e na avaliação da implementação; na difusão do plano; nos ajustes de objetivos, ações e metas; e na elaboração do relatório anual
- (D) transferir o acompanhamento a colegiado formado exclusivamente por representantes da sociedade civil, sem a participação dos órgãos responsáveis pela execução das ações
- (E) submeter ao Comitê apenas a aprovação inicial do plano, deixando o acompanhamento posterior e a consolidação das informações exclusivamente a cargo de cada órgão executor

QUESTÃO 55



Com base no Eixo 8, Enfrentamento do Racismo, Sexismo, Lesbofobia e Transfobia, do II PDPM, assinale a opção correta.

- (A) As práticas discriminatórias decorrentes de comportamentos individuais constituem o núcleo das ações de enfrentamento previstas no eixo, enquanto a violência e o racismo institucionais são tratados por instrumentos específicos da Administração Pública.
- (B) O eixo distribui o tratamento de raça, etnia e orientação sexual entre órgãos setoriais distintos, enquanto as políticas direcionadas às mulheres concentram-se nas desigualdades de gênero.
- (C) A produção de conhecimento, a realização de debates e as campanhas educativas formam o núcleo das medidas estabelecidas pelo eixo, enquanto ações de acesso a serviços, inserção laboral, microcrédito e capacitação de servidores integram outros componentes do plano.
- (D) A ampliação da presença de mulheres negras, lésbicas e transexuais em instituições públicas e privadas constitui a finalidade principal do eixo, cabendo às políticas gerais de inclusão assegurar sua permanência, ascensão e acesso equânime às políticas públicas.
- (E) O eixo incorpora as perspectivas de raça, etnia e orientação sexual às políticas direcionadas às mulheres, considera desigualdades relacionadas à identidade de gênero, enfrenta a violência e o racismo institucionais e busca garantir o acesso equânime aos serviços e às políticas públicas.

QUESTÃO 56



Com base no art. 8º da Lei nº 11.340/2006, assinale a opção correta, acerca das diretrizes da política pública destinada a coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

- (A) Na execução da política, os órgãos de segurança pública exercem a coordenação. Já as áreas de assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação atuam mediante encaminhamentos definidos no atendimento policial.
- (B) A política deve articular entes federativos, sistema de justiça, políticas públicas e entidades não governamentais, com dados, capacitação, campanhas e integração operacional.
- (C) A produção de estudos e estatísticas deve tomar os registros administrativos gerais como base principal de avaliação, utilizando gênero, raça e etnia em levantamentos específicos.
- (D) A capacitação permanente deve ser organizada pelas equipes policiais especializadas, responsáveis por definir protocolos comuns para os profissionais de assistência social, saúde, educação, trabalho e habitação.
- (E) As campanhas educativas devem ser desenvolvidas após o registro da ocorrência e a adoção das providências repressivas, com foco na prevenção da reincidência.

QUESTÃO 57



Ao revisar o fluxo de atendimento policial e pericial às mulheres em situação de violência doméstica e familiar, uma unidade identificou: que alguns plantões não contavam com servidoras; que a mesma mulher era sucessivamente inquirida nos âmbitos criminal, cível e administrativo; e que determinados espaços permitiam contato direto com o investigado. A unidade também precisou definir como seriam preservados os registros eletrônicos dos depoimentos.

Com base nessa situação hipotética e na Lei nº 11.340/2006 – Lei Maria da Penha –, assinale a opção correta, acerca das providências aplicáveis à revisão do procedimento.

- (A) O atendimento deve permanecer ininterrupto e ser prestado por servidores previamente capacitados, preferencialmente do sexo feminino. Na inquirição, deve ser garantida a ausência de contato direto com investigados ou suspeitos e evitada a revitimização.
- (B) O atendimento deve ser prestado obrigatoriamente por servidoras, sendo a capacitação prévia apenas recomendável. Contudo, na ausência de servidoras, a inquirição poderá ser adiada até a composição da equipe adequada.
- (C) A prevenção da revitimização é atendida quando as inquirições nos âmbitos criminal, cível e administrativo são conduzidas por equipes próprias, de acordo com a finalidade de cada procedimento.
- (D) A inquirição somente será válida se ocorrer em recinto especialmente projetado e se for intermediada por profissional especializado, pois esses procedimentos são obrigatórios em todas as situações.
- (E) O depoimento poderá ser registrado em meio eletrônico ou magnético, mas somente a gravação deverá integrar o inquérito, podendo a mídia ser descartada após a transcrição.

QUESTÃO 58



Uma mulher obteve medida protetiva de urgência que proibia seu ex-companheiro de aproximar-se dela a menos de 300 metros e de manter contato por qualquer meio. Ciente da decisão, ele enviou-lhe sucessivas mensagens e permaneceu na entrada do local de trabalho da ofendida, em desacordo com a distância fixada judicialmente. O homem foi preso em flagrante. A medida havia sido deferida por juízo que, no caso concreto, exercia competência cível. Durante os procedimentos iniciais, surgiram dúvidas quanto à configuração do crime de descumprimento da medida, à autoridade competente para conceder fiança e à possibilidade de aplicação de outras sanções.

Com base nessa situação hipotética e no art. 24-A da Lei nº 11.340/2006, assinale a opção correta.

- (A) O descumprimento somente configurará crime se a medida tiver sido deferida por juízo com competência criminal. Reconhecido o crime, a autoridade policial poderá conceder fiança na prisão em flagrante.
- (B) A configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juízo que deferiu a medida, contudo a autoridade policial poderá conceder fiança se o descumprimento não tiver produzido nova agressão física.
- (C) O descumprimento configurará crime independentemente da competência do juízo, e a fiança dependerá de autoridade judicial. Entretanto, a responsabilização pelo art. 24-A excluirá a aplicação de outras sanções pelo mesmo fato.
- (D) O descumprimento consciente da decisão poderá configurar o crime previsto no art. 24-A, independentemente da competência civil ou criminal do juízo. Na prisão em flagrante, somente a autoridade judicial poderá conceder fiança, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.
- (E) A aproximação e o contato em desacordo com a decisão produzirão apenas consequências relacionadas à execução da medida protetiva, salvo se o agente praticar, simultaneamente, nova lesão corporal ou ameaça autônoma.

QUESTÃO 59



Com base nos arts. 1º, 2º, 6º, 9º e 10º da Lei Distrital nº 7.484/2024, assinale a opção correta, acerca da composição, dos campos de atuação, da mobilidade e das atribuições da carreira pública de desenvolvimento e assistência social.

- (A) A carreira tem como campo de atuação a Política Nacional de Assistência Social, cabendo a estruturas funcionais próprias executar as demais políticas mencionadas na Lei.
- (B) A mobilidade dos servidores ocorre dentro do órgão de lotação, enquanto a atuação em outro órgão distrital atendido pela carreira depende de novo ingresso.
- (C) Ao técnico compete formular, planejar, coordenar e avaliar a gestão governamental, enquanto o especialista executa atividades auxiliares ou executivas.
- (D) A Lei disciplina gratificações e vencimentos, remetendo a regulamento posterior a definição dos cargos, das atribuições, da mobilidade e dos campos de atuação da carreira.
- (E) A carreira reúne especialista, técnico e auxiliar, alcança órgãos distritais de várias políticas públicas e inclui enfrentamento à violência contra as mulheres e promoção da mulher.

QUESTÃO 60



Quanto às noções de primeiros socorros, assinale a opção correta.

- (A) Em acidentes automobilísticos, a retirada da vítima do veículo precede a avaliação da cena, viabilizando a agilidade no atendimento.
- (B) O deslocamento do osso em uma articulação de sua posição normal caracteriza fratura fechada.
- (C) Em queimaduras térmicas, recomenda-se lavar o local com água corrente, utilizar compressas frias ou gelo e retirar de imediato roupas e objetos aderidos à pele.
- (D) A queimadura de segundo grau atinge a epiderme e a derme e tem como características dor local, vermelhidão e aparecimento de bolhas.
- (E) A manobra de desengasgo é a técnica de desobstrução das vias aéreas e consiste em cinco tapotagens (golpes nas costas) seguidas de cinco compressões abdominais em pacientes inconscientes.



ANOTAÇÕES

PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando, caso deseje, o espaço para rascunho indicado no presente caderno de prova. Em seguida, transcreva o texto para a respectiva **folha de respostas** da prova discursiva, no local apropriado, pois não serão avaliados fragmentos de texto escritos em locais indevidos.
- O texto da prova discursiva deverá ter extensão mínima de **20 linhas** e extensão máxima de **30 linhas**. Qualquer fragmento de texto que ultrapassar a extensão máxima de linhas será desconsiderado. Também será desconsiderado o texto que não for escrito na **folha de respostas**.
- O texto da prova discursiva deverá ter início na linha identificada com o número 1 na **folha de respostas**.
- O texto deverá ser manuscrito, em letra legível, com caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**. Em caso de rasura, passe um traço sobre o conteúdo a ser desconsiderado e prossiga o registro na sequência. Não será permitido o uso de corretivo.
- A **folha de respostas** da prova discursiva não poderá ser assinada, rubricada nem conter nenhuma palavra ou marca que identifique o candidato, sob pena de anulação da prova. Será admitida a assinatura apenas no campo apropriado.
- A **folha de respostas** será o único documento válido para avaliação da prova discursiva. A folha para rascunho neste caderno de prova é de preenchimento facultativo e não servirá para avaliação.

Em uma região administrativa do Distrito Federal, reclamações sobre dificuldades de circulação, condições sanitárias e conflitos em uma área central levaram o Poder Público a instituir um plano integrado dirigido à população em situação de rua. O plano previu a ampliação das equipes do Serviço Especializado em Abordagem Social, a oferta itinerante de serviços de saúde e de emissão de documentos e a criação de novas vagas em serviços de acolhimento.

Paralelamente, estabeleceu como meta reduzir em 60%, no prazo de seis meses, o número de pessoas que pernoitavam na área central. Para acessar as novas unidades, exigiam-se cadastramento biométrico e ingresso até as 19h. As unidades de acolhimento, entretanto, ficavam distantes dos locais em que parte dos usuários desenvolvia atividades de subsistência, mantinha vínculos comunitários ou realizava tratamento de saúde. Também não havia alternativas adequadas para acolher casais, permitir a permanência de animais de companhia ou guardar carrinhos e outros instrumentos utilizados na coleta de materiais recicláveis.

No espaço urbano, bancos foram substituídos por assentos individualizados que impediam que as pessoas se deitassem, e a lavagem das calçadas passou a ser programada para os períodos de maior permanência dessa população no local. O plano foi formulado sem a participação de representantes da população em situação de rua. Seu monitoramento utilizava predominantemente os registros dos serviços, o número de vagas ocupadas e a quantidade de pessoas encontradas na área central.

Após quatro meses, a gestão registrou aumento da ocupação dos serviços de acolhimento e redução da presença visível nas praças. As equipes, entretanto, relataram deslocamentos recorrentes entre territórios, retornos às ruas, interrupções de tratamentos e perda de fontes de renda. Os registros disponíveis não permitiam acompanhar as trajetórias das pessoas após os encaminhamentos nem identificar se havia ocorrido acesso continuado a direitos. Representantes da população em situação de rua também não participaram da avaliação do plano. Diante desses resultados, a gestão solicitou à equipe de sociologia uma análise da intervenção, bem como propostas para sua reformulação e avaliação.

A respeito da situação hipotética apresentada, faça o que se pede a seguir.

- a) Analise por que o aumento da ocupação dos serviços de acolhimento e a redução da presença visível nas praças não são suficientes, por si sós, para demonstrar inclusão social, relacionando as medidas e os resultados ao direito à cidade e aos processos de criminalização da pobreza.
- b) Proponha duas medidas de reformulação do plano: uma voltada à adequação dos serviços de acolhimento às necessidades identificadas e outra destinada a assegurar a participação da população em situação de rua no planejamento, no monitoramento e na avaliação das ações.
- c) Indique uma técnica quantitativa e uma técnica qualitativa adequadas à avaliação dos resultados do plano e explique como cada uma poderia ser aplicada para acompanhar as trajetórias das pessoas atendidas e o acesso continuado a direitos.